

DO AUTOR:

MEMÓRIA HISTÓRICA SOBRE A TRANSFERÊNCIA DA
CAPITAL DO PIAUÍ. Ed. Ministério da Educação e
Cultura — Rio, 1952.

LUIS GAMA E SUAS POESIAS SATÍRICAS — Liv. Ed.
Casa do Estudante do Brasil — Rio, 1955.

SANTA CATARINA — GEOGRAFIA, DEMOGRAFIA E
ECONOMIA — Confederação Nacional do Comércio
— Rio, 1960.

GEONOMÁSTICOS CARIOCAS DE PROCEDÊNCIA INDÍ-
GENA — Sec. Educ. e Cult. da Guanabara — 1962,
2.ª Ed. — LIVRARIA SÃO JOSÉ, 1962.

DENOMINAÇÕES INDÍGENAS NA TOPONÍMIA CARIOCA
“Coleção Vieira Fazenda” — Liv. Brasileira — Rio,
1966.

LIVRARIA SÃO JOSÉ
RUA SÃO JOSÉ, 38
RIO DE JANEIRO

J. ROMÃO DA SILVA

EVOLUÇÃO DO ESTUDO
DAS
LÍNGUAS INDÍGENAS
NO BRASIL

LIVRARIA SÃO JOSÉ

J. ROMÃO DA SILVA

(PRÊMIO DE FILOGIA E ETNOLOGIA
DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS)

EVOLUÇÃO DO ESTUDO
DAS
LÍNGUAS INDÍGENAS
NO BRASIL

42
ao espirito brilhante
de Velloso
com admiração
J. Romão
14.1.66

LIVRARIA SÃO JOSÉ
RUA SÃO JOSÉ, 38
RIO DE JANEIRO
1966

AVILA DO SILVA
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA E LINGÜÍSTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

EVOLUÇÃO DO ESTUDO
DAS
LINGUAS INDÍGENAS

INSTITUTO BRASILEIRO

Prof. Dr. R. Magalhães Junior
Prof. Dr. Celso Cunha
Prof. Dr. Maciel Pinheiro
Prof. Dr. Fenelon Silva

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE LINGUÍSTICA E LINGÜÍSTICA
1900

A
Maciel Pinheiro
Celso Cunha
Fenelon Silva
e
R. Magalhães Junior

A PRIMEIRA ACHEGA — O interêsse pelo modo de falar dos nossos aborígines remonta ao contacto inicial que com êles estabeleceu o conquistador civilizado. De sorte que já nos primeiros escritos sôbre o Brasil — crônicas de expedições e epístolas de missionários — pudemos verificar a presença de têrmos do idioma nativo. Nisso primam, por excelência, as cartas do velho padre Manuel da Nóbrega, que dos textos escritos e publicados em portugûês teriam sido os que primeiro registraram brasileirismos. Em portugûês, frisamos, porque pelo menos dos que se têm notícia, o mais antigo documento em que aparecem expressões bárbaras desta parte do Nôvo Mundo, foi escrito em italiano e pertence à autoria do vicentino Antônio Pigaffeta, cronista da expedição Fernão de Magalhães, e que com esta transitou por terras americanas em dezembro de 1519, participando da primeira viagem de circunavegação. O documento em causa é o próprio relato da arrojada emprêsa marítima, capitaneada pelo intrépido mareante portugûês, então, por capricho, a serviço de Carlos V de Espanha.

Divulgou-o o naturalista Carlos Amoretti, no ano de 1800, em edições italiana e francesa, impressas simultaneamente em Milão e Paris, trazendo na capa a que se fêz no idioma em que foi escrito, o seguinte título: *Primo Viaggi Intorno al Globo Terraqueo o sia Paggiaglia Della Navigazione Alle Indie Orientali Per La Via D'Occidente Dal Cavalliere Antonio Pigaffeta Patrizio Vicentino Sulla Squadra de Capi Magagliane negli ani 1515-1522.*

Pigaffeta, que acostou no Rio de Janeiro a 13 do referido mês de dezembro e daí arribou a 27 do mesmo, tomou-se de curiosidade pela linguagem dos naturais, recolhendo dos seus lábios algumas palavras que arrumando em sistema do vocabulário adicionou àquele seu trabalho divulgado por Amoretti. São doze ao todo os vocábulos coligidos pelo cronista entre os índios da Guanabara, e que portanto ocorrem na sua narrativa acêrca da viagem que fizera com Magalhães. Mas, em relação ao que consignou, há muitas restrições a fazer. Artur Neiva, por exemplo, tratando do assunto, nos seus apreciados *Estudos da Língua Nacional*, reduz a dois apenas os vocábulos pròpriamente tupis registrados como novidade pelo vicentino. São êsses: *pindá* e *uí*, que se traduzem por “anzol”, ‘gancho’ e “farinha”, res-

pectivamente. Os demais, a despeito da fonte de onde foram obtidos, não passam uns de vozes peculiares a outros povos nativos da América do Sul, e outros de têrmos portugêses ou aportuguesados cedo tornados correntios na bôca dos índios brasileiros, substituindo, não raro, primitivas nomeações para objetos, plantas e animais. Indo mais a fundo no exame da questão, mostra Artur Neiva que as palavras *cacique*, *maiz* e *canoe*, dadas por Pigaffeta como brasilíndicas, são na realidade, vozes do Haiti, já aliás registradas na primeira viagem de Colombo. E mais: que a palavra “anta” encontrada no documento italiano, foi trazida pelos portugêses e aqui adotada pelo bárbaro na designação do mamífero que na sua língua era *tapira*, de onde se originou *tapir*, “figura metaplásmica conservada no estilo guindado”, de que se utilizaram os poetas, notadamente Gonçalves Dias, como recurso de metrificacão.

Vê-se, por aí, que o cronista comeu *gato por lebre*, aceitando e transmitindo como sendo tupis ou de outras variações idiomáticas da língua que se tornou *geral*, tôdas as palavras captadas dos lábios da gentildade guanabarina.

Não reparemos, porém, no seu engano de viajante apressado, nem lhe retiremos tão pouco, por isso, o mérito que lhe é atribuído da primazia no

que respeita a consignação das primeiras expressões do idioma gentio aparecidos em documentos que se referem ao nosso país.

Cabe, pelo contrário, recolher a curiosidade e considerar que justamente por êsses equívocos, adquiriu importância especial a sua pequena lista de palavras colhidas no litoral do Rio de Janeiro, porquanto é precisamente ali que encontramos o primeiro convite à controvérsia sôbre assuntos indigenistas do Brasil.

Vale ainda o equívoco de Pigaffeta por uma demonstração de que a corrupção ou o malentender em matéria de terminologia ameríndia vem de muito antes de um convívio efetivo e mais estreito do colonizador com o gentio, e como o indagador avisado, poderia, já então, fàcilmente equivocar-se na interpretação do tupi falado na costa, onde, de fato, primeiro se acentou a influência da língua e costumes portugêses.

NECESSIDADE DO APRENDIZADO DA LÍNGUA — Durante os primeiros trinta anos que se seguiram ao descobrimento, a única coisa que justificou a presença de estrangeiros na América Portuguesa foi a exploração e o comércio do *pau-brasil*. Nesse período, não houve tentativa de penetração, nem intuito de colonizar.

Só o tráfico do madeiro colorante seduzia. Por isso, apenas se efetivou a criação de feitorias por iniciativa dos que se entregaram àquela rendosa atividade, aos quais, antes de se decidir a conquistar em definitivo a Terra de Vera Cruz, entregou a corôa lusitana o monopólio do *pau de fazer tinta*.

As circunstâncias, porém, tornaram, desde logo, indispensável o entendimento com os nativos. Era imprescindível a amizade dêstes. Daí surgiu a necessidade de se exercitarem na sua língua os europeus que para aqui então vieram.

Todos se interessavam por aprender o idioma dos primitivos habitantes do país, tornando-se alguns, desde cedo, hábeis intérpretes, de cuja experiência se utilizariam, com grande proveito, as futuras expedições desbravadoras e missionárias.

Teodoro Sampaio, num admirável estudo acêrca da evolução histórica do vocabulário geográfico no Brasil, com efeito observa: “Vê-se bem que o trato com os naturais da terra, a sua amizade, o conhecimento da sua língua, coisa só possível depois que o comércio os aproximou do europeu, são condições que deviam preceder a quaisquer outras relações, visando o conhecimento do país...”

Mas êsse interêsse, vamos dizer, imediatista, que dominou nas três primeiras décadas pela aprendizagem do tupi, cederia lugar à preocupação com o estudo e redução da língua a regras gramaticais. Tal preocupação se definiu com o advento das “entradas” e da colonização. Vale dizer, com as missões jesuíticas de quem, indiscutivelmente, é obra a fundação lingüística americana e a própria expansão do tupi.

A terra ia ser desbravada e definitivamente conquistada. Nela se estabeleceriam os portugueses para agricultar, impedir a intromissão dos entrelopos — enfim, edificar uma nacionalidade nova. Com maior razão se impunha a necessidade de transformar o idioma dos naturais da terra em instrumento útil às relações entre indígenas e alienígenas. O que agora convinha era estreitar essas relações, visando à assimilação do índio aos costumes civilizados e a sua utilização na empresa em que se obstinaram os conquistadores. Ao esforço de educar e converter o autóctone ao cristianismo, juntara-se, pois, o empenho de disseminar entre os que vieram viver em comum com êles o conhecimento da língua em que se comunicavam, e mais ainda, a unificação das variações dialetais. Era isso, sem dúvida, mais prático do que incutir na cabeça do bárbaro o idioma civili-

zado. Da Companhia de Jesus era regra, aliás, que todos aprendessem a língua da terra em que vivessem, se vissem ser “mais útil que a sua própria”.

E tanto nisso se aplicaram não só os catequistas, como, de um modo geral, os colonos, que já no comêço do século dezoito era mais ou menos de três para um a relação entre o tupi e o português falado no Brasil. Naqueles tempos quando o desbravamento dos sertões apenas se iniciava, diz Teodoro Sampaio, “o tupi era deveras a língua dominante, a língua da colônia”, e acrescenta: “Todos a falavam e compreendiam, parecendo mesmo haver certa predileção por ela. Saudavam-se em tupi, dizendo *enecoêma*, que equivale dizer *bom dia*, a que respondia o interlocutor, repetindo a mesma saudação, ou simplesmente: *yauê*. Ao toque da Ave-Maria, o cristão da América erguia-se, persignando: *Santa Curuçá rangauava récê*, que quer dizer: “Pelo Sinal da Santa Cruz”. E repetia na sua língua a oração da tarde”:

Ave Maria, graça recê tiryrecembae
Ndê irunamo ndê Iara recó
Imombeúcatupyram reicó cunhã, çui
Imombeucatupyrambe ndê membyra Jesús.

A propósito dêsse predomínio da língua dos vencidos sôbre a dos conquistadores, dá-nos o padre Nóbrega, em escrito de 1964, o seu testemunho: “É certo que as famílias dos portugueses e índios em São Paulo estão tão ligadas hoje umas com as outras que as mulheres e os filhos se criam mística e domesticamente, e a língua que nas ditas famílias se fala é a dos índios, e a portuguêsã a vão os meninos aprender à escola”.

A tal ponto chegaram as cousas que, temendo-se fôsse esquecida a língua portuguêsã, determinou o govêrno da metrópole, por provisão de 1727, a sua proibição terminante entre os colonos da América Portuguêsã.

Ao chegarem os padres ao Brasil, diz o padre Serafim Leite, “sem deixarem a portuguêsã verificaram que, para atrair e catequisar os índios, era indispensável saber a língua dêles”. Daquela regra e dessa verificação, observa o autor da *História da Companhia de Jesus*: “Provieram múltiplas vantagens para a catequese e para a ciência”.

A aprendizagem prática do tupi falado no litoral, foi logo feita pelos missionários, de sorte que antes mesmo de serem encetados com maior afinco os estudos com o fim de sistematizá-lo, alguns padres nêle já se expressavam nas suas

pregações. Temos o exemplo do biscaíno Aspilcueta Navarro e do não menos destro irmão Pêro Lopes, o qual se tornou conhecedor profundo da língua e da psicologia dos índios, aos quais pregava à sua maneira, inspirado em livros que especialmente para isso mandava vir da Europa.

A catequese na língua tupi obteve grande estímulo com a chegada do irmão Antônio Rodrigues, com quem se iniciou o seu exercício na Bahia, ao mesmo tempo que em São Vicente se desenvolvia atividade idêntica, aliás mais vantajosamente, pois aí encontraram os missionários o concurso de portugueses, há muito residentes no país, e que dominavam bem a língua.

REDUÇÃO DO TUPI À “ARTE GRAMÁTICA” — A redução, no entanto, do tupi a *arte de gramática* só se fêz depois de lento e difícil trabalho. Não sem santa paciência conseguiram os padres entender os índios, apreender as flexões vocálicas, as construções silábicas, os segredos, enfim, das suas convenções idiomáticas. O padre Nóbrega, já na sua primeira carta do Brasil, queixava-se da “boçalidade” dos índios, dizendo que tentara traduzir as orações com êles, não o conseguindo, esperando fazê-lo com um homem que “na terra se criara de moço”. Refe-

ria-se a Diogo Alvares, o legendário Caramuru. Embaraços tivera também o padre Vieira: "Por vêzes, escreveu, me aconteceu estar com o ouvido aplicado à boca do bárbaro, e ainda do intérprete, sem poder distinguir as sílabas, nem perceber as vogais e consoantes, de que se formavam". O padre Navarro, que teria sido o primeiro pregador em tupi, e a quem Nóbrega encarregara da tarefa de gramaticalizar a língua, quase que desistiu da empreza. E é certo que a transferiu ao padre Ambrósio Pires e ao irmão Blasques, desculpendo-se: "Quanto ao modo de *Arte*, não alcanço ainda para o fazer, nem me parece têm senão certos vocábulos que servem em geral".

Mas José de Anchieta vislumbraria o que Navarro não alcançou. E da sua argúcia nasceria a *Arte de Gramática da Língua mais Falada no Litoral do Brasil*.

Superadas as dificuldades do primeiro instante, e menos indócil o índio na sua natural desconfiança do estrangeiro — o *tapuítunga* como dizia êle — familiarizaram-se os missionários com o modo de falar dos aborígenes. E então se tornou mais fácil o entendimento com o bárbaro e exequível a metodização e unificação dos dialetos do idioma, conduzindo-se o tupi para o seu caráter da *língua geral* e para a expansão por

onde antes não havia penetrado, o que se deu com o avanço das "bandeiras" para o recesso do território imenso.

O idioma, que a princípio embasbacou o padre Vieira e a alguns pareceu pobre de vocábulos e inexpressivo no seu estado inculto, prestou-se admiravelmente à modelação que depois dos estudos pragmáticos desenvolvidos na Bahia e, principalmente, em São Vicente, lhe deram José de Anchieta e Luís Figueira. A êste último afigura-se "fácil, elegante, suave e copioso". De igual forma ao padre John Vicent Yate que, em carta datada da aldeia de Santo Antônio, em 21 de junho de 1593, dava versão inglêsa àquelas palavras: "On the most easy well ordered under the sun", deixando a João de Laet a manifestação em latim: "nam facilis est, copiosa neque insuavis".

Ainda ao autor do *Dicionário Brasileiro* não escapou a observação de que, tendo os povos que falavam o tupi limitado as suas idéias a um pequeno número de coisas essenciais ao seu *modus vivendi*, "pudessem conceber sinais representativos de idéias, com capacidade de abranger objetos de que antes não tiveram conhecimento". E isso, não de qualquer maneira, "mas com propriedade, energia e elegância". De Teodoro Sampaio, em *O Tupi na Geografia Nacional*, é a assertiva de

que já no segundo período da sua evolução morfológica — o da aglutinação — era a língua tupi “um idioma rico no vocabulário e bastante expressivo”.

Com a redução, as palavras passaram a ter formas fixas. Perderam os vícios do seu estágio primitivo; o caráter dúbio e indefinido que dificultava a apreensão das articulações e a diferenciação das maneiras como as pronunciavam as diferentes tribos. Por outro lado, o contacto com o português multiplicou-lhe os recursos, sugerindo hibridações, por vêzes curiosas, das quais não raras se incorporam definitivamente ao léxico luso-brasileiro.

A disciplinação da língua levá-la-ia, forçosamente, a modelar-se pelo idioma dos colonizadores, o que, aliás, já se dava na fase do seu uso prático, quando os padres, para expressar certas idéias e pensamentos para os quais não encontravam o termo correspondente exato, criavam neologismos que serviam aos seus intentos. Os verbos, por exemplo, se prestaram às adaptações de momento, e ram construídos segundo a lógica da língua portuguesa. Como primeiro exemplo temos, nesse particular, o verbo “*moquear*”, que já se encontra nas primeiras cartas do padre Manuel da Nóbrega. Esse verbo, efetivamente, não existe em

tupi. É um brasileirismo, derivado de *mocaê*, autêntico substantivo indígena, que alude ao gradeado de varas sôbre brasas, para assar caça e pesca.

Ainda no que se refere às hibridações, convém observar que essas não ocorriam apenas com elementos da língua portuguesa, mas também com expressões de dialetos africanos. Gabriel Soares, por exemplo, e 1549, usou o africanismo *anhanguiabo*, julgando grafar um vocábulo essencialmente tupi.

Mas as relações de raças teriam, fatalmente, de implicar nesse intercâmbio lingüístico, e também numa mútua assimilação de hábitos e costumes, que se acentuou com a fusão étnica, de que resultou o tipo brasileiro e seu linguajar característico. Convém considerar, ainda, que pela razão mesma da sua expansão e uso geral ao tempo da conquista e do desenvolvimento da colônia, tornou-se o tupi não só um preponderante elemento formador do falar brasileiro, como também um ponderável fator de unidade nacional.

A ARTE DE ANCHIETA — A arte de Anchieta foi o marco inicial de um nôvo e mais notável ciclo de estudos da língua tupi. Embora menos sistematizada do que a *Gramática* de Luís

Figueira, representou a primeira tentativa de ordenação da língua. Teria partido de um esboço elaborado em seis meses, conforme informou o seu igual e biógrafo Pero Lopes. Fruto de paciência sem par e árduos labôres, com ela "se assentara a interdependência das palavras nas ligações lógicas, no exprimir do pensamento". E em que pêsse os defeitos que lhe têm apontado, não vale a pena fazer-lhe, mesmo à maneira de Plínio Airoso, a restrição de "não refletir, com absoluta precisão, a língua dos aborígenes", mas, antes, considerar que o catequista de Piratininga foi quem melhor penetrou na psicologia do gentio, e mais argutamente perquiriu os segredos do seu estranho mas "suave e copioso idioma". Aliás, é o próprio autor de *Primeiras Lições de Tupi*, quem, contraditoriamente, observa que "a sua obra se ergue como o mais alto monumento da lingüística ameríndia, e constitui as melhores fontes saciadoras dos pesquisadores e estudiosos da nossa etnologia".

Para o padre Serafim Leite, a *Gramática* de Anchieta é "monumento de imperecível valor lingüístico e filológico", parte bem razoável da glória da Companhia de Jesus. Por ela se guiaram os outros missionários na iniciação da língua cultivada; por ela aprenderam os meninos de Lisboa, os discípulos dos Colégios da Bahia e de Pi-

ratininga. Fundamentados nela, escreveram todos quantos até agora contribuíram para a nossa bibliografia etnográfica, não a dispensando os historiadores, corógrafos e mesmo os naturalistas, de Marcgrave, Luccock e Frei Vicente do Salvador, aos que hodiernamente se dedicam aos estudos do gênero.

DECADÊNCIA E RETOMADA DOS ESTUDOS — Passada, porém, a fase dos sucessos heróicos, dos primeiros embates entre conquistadores e nativos, da epopéia bandeirista na conquista da terra, os estudos caem em desuso, ficando, todavia, derramada na língua do povo mestiço que se manipulava, a influência do idioma bárbaro. O entusiasmo que animou os precursores, de envolta aos perigos dos primeiros encontros, fenece, quando não mais se impõem, como necessidade imperiosa, o aprendizado e prática do tupi da costa, que foi nos primeiros tempos, como diria o bom Nóbrega, "o latim da terra", do qual era tido como Cícero o padre Gaspar Lourenço, e como Túlio, pela eloquência e perfeição com que nele pregava, o Irmão Leonardo do Vale.

Mais tarde, no entanto, a investigação científica, a especulação histórica, a curiosidade literária, farão renascer o interêsse adormecido pela

língua dos primitivos habitantes do país. E então nôvo e fecundo ciclo de estudos se inaugura, inspirado no exemplo dos antepassados. Nesse passo voltam à validade as antigas contribuições, não se dispensando das perquirições em que se obstinam historiadores, naturalistas, glotólogos, o quanto jazia disperso em tôda sorte de documentos que informam sôbre a terra e cousas do Brasil. À curiosidade dos pesquisadores e estudiosos, ressurtem qual velhos tesouros reencontrados sob a espêssa camada de poeira dos séculos, os relatos de viagens, as crônicas de expedições, os tratados de historiadores dos primeiro e segundo séculos do descobrimento. Ao lado dos primitivos dicionários, artes de gramática e versões de atos de fé, feitos pelos jesuítas, alcançam-se à evidência os estudos de Gabriel Soares, Gandavo, Cardim, Hans Staden, Simão de Vasconcelos, Antonil, Lery, Thevet, Abeville, Marcgrav, Lact, d'Évreux, Piso... De todos aquêles, enfim, que baseados em subsídios anteriores e na experiência própria, concorreram para a cimentação dos fundamentos da nossa historiografia.

Com os labôres de Martius, Spix, Hartt, Freire Alemão, Barbosa Rodrigues, Adolfo de Varnhagen, Couto de Magalhães, Francisco José de Lacerda, Batista Caetano, e outros, rumos

novos são traçados às indagações indigenistas, conduzindo-se os estudos para objetivos mais largos e aplicações mais variadas, quando por êles passar a interessar-se mais diretamente a sociologia, e o problema de recomposição e interpretação com intenções críticas da história do país solicitar mergulho mais aprofundado à busca das suas raízes.

Já então alingüística não é encarada como um fato isolado, na sua particularidade intrínseca, mas na sua correlação com outros elementos de ordem étnica, cultural e social que intervieram na formação do nosso povo. Estamos no estágio em que especialistas de ramos diferentes, para chegarem aos fins específicos a que se propõem, terão de se encontrar e completar, com vistas alargadas sôbre uma complexidade de fatôres, causas e efeitos.

O TUPI E O ROMANTISMO — Concomitantemente a literatura entra a explorar motivos de soberba e genuína brasilidade, reabilitando o índio e a sua língua na grande epopéia escrita da nossa história de nação, a qual imaginações fecundas ornamentam com as luminuras do verbalismo suntuoso a que dá recursos a plasticidade do idioma também mestiço. O romantismo, que

despertou o gosto pelo exótico, libertando o espírito das peias do formalismo clássico, anima essa verdadeira corrida ao nativismo. O gênio primitivo que já em 1550 inspirava reflexões a Montaigne, através de fragmentos de canções selváticas reveladas na França por Jean de Lery, conquista lugar de saliência nas criações literárias. Já sem os escrúpulos de Santa Rita Durão, José de Alencar, no romance, e Gonçalves Dias, na poesia, realizam com felicidade rara esse ideal de nacionalismo na arte.

Dizem que essa ressurreição do homem das selvas e sua língua na literatura romântica decorreu da circunstância de não termos uma Idade Média a que retornássemos à busca de temas e inspiração para os labôres do pensamento emancipado. Se em parte justifica-se assim a exploração do exotismo americano que seduziu a Cooper e Chateaubriand, não menos exato é que o nosso nativismo literário refletiu também, e antes de tudo, uma reação enérgica e consciente contra o lusitanismo clássico, representando, dêsse modo, uma singular tendência do movimento cuja eclosão costuma-se datar do lançamento em 1830, na França, do *Herani* de Victor Hugo. Pretendia-se, como insinuou Varnhagen, também uma espécie de Inconfidência Linguística. E tanto é isso ver-

dade, que os próprios portugueses “idólatras da frase”, se escandalizaram com o fato, chegando um deles, Pinheiro Chagas, a denunciar o *brasilismo* dos nossos literatos como “dissidência intolerável”, provocando com a sua crítica a “profissão de fé”, em que o poeta de *I-Juca-Ipirama*, proclama os direitos do tupi no idioma que aqui se formou, e a não menos veemente réplica do romancista de *Iracema*, na qual afirma José de Alencar: “A revolução (idiomática) é irresistível e fatal, como a que transformou o persa em grego e céltico, o etrusco em latim, e o romano em francês, italiano etc.; há de ser tão larga e profunda como a imensidão dos mares que separam os dois mundos a que pertencemos”. E de fato se operou a “revolução”, de que não só a literatura e a toponímia fossilizada, mas também a fitonímia, a antroponímia e a zoonímia, conservam expressivos e indeléveis testemunhos, como a dizer, no expressar de Teodoro Sampaio, “que da raça vencida nem tudo se perdeu e que se, no sangue dos descendentes, a dosagem diminui a se apagar, a memória dos primitivos íncoles, perdura ainda onde a civilização ostenta os seus triunfos”.

Com essas especulações científicas e essas reivindicações literárias, os estudos indigenistas atingem no século XIX a sua plenitude, no Bra-

sil, muito se devendo, nesse particular, a D. Pedro II, autor êle mesmo de umas *notas sôbre a língua tupi*, redigidas em francês e divulgadas por Levasseur, no ano de 1889, em Paris.

Mediante indicação do próprio Imperador, que assim retomava iniciativa anterior de Varnhagen, em 1849 o Instituto Histórico aprovou recomendação no sentido de que:

1. — se reunissem tôdas as notícias referentes à língua indígena, interessantes e úteis pela originalidade e pelos preciosos dados que pudessem administrar à Etnografia do Brasil.

2. — se elaborassem gramáticas e um Dicionário Geral dos diferentes dialetos falados pelos índios brasileiros.

Como resultado imediato, inúmeras contribuições originais aparecem, ao passo que são descobertos e reeditados não poucos dos textos devidos aos antigos *monhangaras*, por cuja preservação se batera obstinadamente o Visconde do Pôrto Seguro.

É a partir de então que se reimprimem os clássicos dicionários, gramáticas e catecismos na língua dos sábios e pacientes *abarés* da Companhia de Jesus; elaboram-se e publicam-se subsídios novos e importantíssimos, como por exemplo: a *Gramática da língua geral dos índios do Brasil*,

de J. J. da Silva Guimarães; o *Vocabulário da Língua Indígena para uso no Seminário Episcopal do Pará*, do padre Manuel Justiniano Seixas; o *Dicionário da língua tupi chamada geral dos índios do Brasil*, de Gonçalves Dias; o *Compêndio da Língua Brasileira*, de Francisco Raimundo Correia de Faria; a *Crestomatia*, de Ferreira França; as *Questões Propostas*, de Freire Alemão; o *Glossaria Linguarum Brasiliensis*, de Carl von Martius; a *Gramática da Língua Tupi*, de Pedro Luís Simpsom; os *Apontamentos sôbre o Abaneenga* e o *Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo tradutor da Conquista Espiritual do Padre Ruiz Montoya*, de Batista Caetano; a *Poranduba Amazonense*, de Barbosa Rodrigues; o *Selvagem*, de Couto de Magalhães; o *Dicionário de Vocábulo Brasileiros*, de Beaurepaire Hohan; o *Tupi na Geografia Nacional*, de Theodoro Sampaio, e numerosos outros, cuja citação se tornaria por demais enfadonha.

Simultaneamente vem a lume por êsse Brasil afora uma série infindável de pequenas monografias e estudos histórico-etimológicos, em tórno e à margem dos quais acirram-se discussões, por vêzes acerbas, como as que se travaram acêrca dos ainda controvertidos nomes *Ceará*, *Bertioga*, *Carioca*, *Mantiqueira*, *Jequié*, etc.

O ESTÁGIO ATUAL — O estágio atual em que se acham os estudos é o que se pode denominar de *universitário*. Teve como estimuladores Teodoro Sampaio, João Ribeiro, Basílio de Magalhães e Rondon, e nêles se impõem como instrutores Plínio Airoso, Frederico Edelweiss e Lemos Barbosa, aos quais se deve o pioneirismo da didática e do ensino da língua tupi nas escolas superiores do Brasil, no que deram os primeiros exemplos as Universidades de São Paulo e da Bahia, que nisso devem ser seguidas pelas demais similares, inclusive e principalmente a Universidade do Brasil, já legalmente habilitadas pela Lei n.º 2.311, de 3 de setembro de 1954, que dispõe sobre a criação e provimento das cadeiras da disciplina em tôdas as Faculdades de Filosofia e Letras do País.

BIBLIOGRAFIA

- Abbeville, Claud d' — *História da Missão dos padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão* — São Paulo, 1945.
- Anchieta, padre José de — *Cartas, Informações, Fragmentos e Sermões* — Rio, 1933.
- *Arte de Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil*: Ed. Biblioteca Nacional — Rio, 1933.
- Araújo, padre Antônio de — *Catecismo Brasilico da Doutrina Cristã e Ac.* — Lisboa, 1898.
- Airoso, Plínio — *Apontamentos para a Bibliografia da Língua Tupi Guarani* — São Paulo, 1943.
- Azevedo, João Lucio de — *Cartas do Padre Antônio Vieira* (coordenadas e anotadas por —). Coimbra, 1925-1928.
- Bettendorff, João Felipe — *Crônica da Missão dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* in "Rev. Inst. Hist. Geogr. Brasil", tomo 72, parte I, 1910.
- Edelweiss, Frederico G. — *Tupis e Guaranis*. Ed. do Museu da Bahia. Sec. Educ. Saud. — Salvador 1944.

Evreux, Yves d' — Viagem ao Norte do Brasil. Edição portuguesa de 1874.

Figueira, padre Luis — Arte de Gramática da Língua Brasileira. Lisboa 1687 — Lipsia, 1878.

Hartt, Carlos Frederico — Mitologia dos índios do Brasil. "Rev. Esp. Antrop" — Rio 1882.

Jaboatão, frei Antônio Maria — Novo Orbe Seráfico Brasileiro — Rio, 1858.

Leite, padre Serafim — Novas Cartas Jesuítas. Vol. 194 "Coleção Brasileira" — São Paulo, 1940.

— Luís Figueira — a sua vida e a sua obra literária — Lisboa, 1940.

— História da Companhia de Jesus no Brasil. Lisboa — Rio de Janeiro, 1938, 1945.

Lery, Jean de — Viagem à terra do Brasil — São Paulo, 1941.

Madre Deus, frei Gaspar de — Memória para a História da Companhia de Jesus em São Vicente — Lisboa, 1794.

Magalhães, Couto de — O Selvagem — 1876.

Montoya, padre Antônio Ruiz — Tesouro de La Lingua guaraní — Conquista Espiritual hecha por los religiosos de la Compania de Jesus — Bilbao, 1892.

Neiva, Artur — Estudos da Lingua Nacional — vol. 178 da "Coleção Brasileira" — São Paulo 1940.

Nogueira, Batista Caetano de Almeida — Vocabulário das palavras guaranis usadas pelo Tradutor da Conquista espiritual do Padre Ruiz Montoya Mendonza. An. Bibli. Nac. vol. II — Rio, 1879.

Pôrto Seguro, Visconde de — História Geral do Brasil — São Paulo s/d.

Rodrigues, padre Antônio — Carta de — aos irmãos de Coimbra e São Vicente. In. Serafim Leite — Páginas de História do Brasil.

Rodrigues, Pero — Vida do padre José de Anchieta. An. Bibl. Nac. vol. 29.

Salvador, frei Vicente do — História do Brasil — S. Paulo, 1918.

Sampaio, Teodoro — A posse do Brasil Meridional — Fundação da Primeira Colônia regular dos Portugueses em São Vicente — "Rev. Inst. Hist. Geogr. São Paulo", 1895 — Da Evolução Histórica do vocabulário Geográfico do Brasil — "Rev. Inst. Hist. Geogr. — São Paulo". Vol. VIII, 1903.

— São Paulo de Piratininga no fim do século XVI "Rev. Inst. Hist. Geogr. S. Paulo". Vol. IV, 1899.

— São Paulo ao tempo de Anchieta — "Estado de São Paulo", 16-X-96.

— Fundação da Cidade do Salvador. Ed. Prefeitura Hist. Geogr. S. Paulo", vol. X, 1905.

— Restauração Histórica da Vila de Santo André da Borda do Campo. "Rev. Inst. Hist. Geogr. S. Paulo". Vol. IX, 1903.

— Fundação da Cidade do Salvador. Ed. Prefeitura Municipal do Salvador, Bahia, 1955.

— O Tupi na Geografia Nacional. Ed. 1955.

Sanches, Edgard — Lingua Brasileira. Vol. 179 da "Coleção Brasileira" — São Paulo, 1940.

Souza, Gabriel Soares de — Tratado Descritivo do Brasil em 1557, vol. 117 da "Coleção Brasileira" — São Paulo, 1938.

M
Staden, Hans — Viagem ao Brasil — Ed. Academia Brasileira de Letras — Rio, 1930.

Trevet, André de — Les Singularité de la France Antartique. Paris 1558 e 1878. Trad. Port. — São Paulo, 1944.

Vasconcelos, Simão de — Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil, Ac. 2.ª ed. Rio, 1864.

Vieira, Padre Antônio — Cartas — coordenadas e anotadas por João Lúcio de Azevedo — Coimbra, 1925-1928.

COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA

Gráfica Laemmert, Limitada

RUA CARLOS DE CARVALHO, 48,
RIO DE JANEIRO - GB.

1965

1888
RUE CAPE DE GAZALIE, 14
PARIS, FRANCE